



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Ordem patriarcal de gênero e relações sociais de sexo

A reprodução social da violência de gênero

Juliana da Silva Miranda¹

Resumo: A partir das discussões contemporâneas da construção de gênero, dominação dos corpos, violência e papéis sociais dentro da lógica do sistema patriarcal, este artigo reflete sobre reprodução social da violência de gênero, seus rebatimentos, identidade masculina e a importância de se debater esta pauta. Ainda perpassa pelos debates a respeito da violência como reprodução de um modo de reprodução capitalista vista nos valores e ações intersubjetivas conscientes. Para desenvolver este argumento, faz-se uma revisão bibliográfica da literatura, como com os escritos de Marta Ferreira Santos Farah (2004), Daniel Welzer-Lang (2001) e Marilena Chauí (1998) que contribuíram de forma exponencial ao debate.

Palavras-chave: reprodução social, violência, gênero.

ABSTRACT: Based on contemporary discussions of gender construction, domination of bodies, violence and social roles within the logic of the patriarchal system, this article reflects on the social reproduction of gender violence, its repercussions, male identity and the importance of debating this agenda. It still permeates debates about violence as a reproduction of a capitalist mode of reproduction seen in conscious intersubjective values and actions. To develop this argument, a literature review is carried out, as with the writings of Marta Ferreira Santos Farah (2004), Daniel Welzer-Lang (2001) and Marilena Chauí (1998) who contributed exponentially to the debate.

KEYWORDS: social reproduction, violence, gender.

¹ Assistente social na Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, Mestranda pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, . E-mail: asjsmiranda@gmail.com



INTRODUÇÃO

Patriarcado é o termo utilizado na academia para explicar e discutir sobre a reprodução das definições de gêneros presentes na nossa sociedade. Entender essa discussão é essencial para compreender as dinâmicas de poder e as expressões da violência de gênero.

Este artigo almeja contribuir com as discussões de gênero de forma a alcançar as Políticas Públicas:

“O campo de estudos de gênero consolidou-se no Brasil no final dos anos 1970, concomitantemente ao fortalecimento do movimento feminista no país. A incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas é, no entanto, um tema ainda hoje pouco explorado.” (FARAH, 2004)

Além de atender ao critério de avaliação, este artigo foi pensado como um projeto de estudo sobre a reprodução social da violência de gênero. Ao ler os textos programados para a disciplina, assim como outros, como já dito, percebe-se que os mesmos trazem uma ampla contribuição ao que tange a pauta da violência, porém aqui coloca-se em destaque as/os autoras/es supracitadas/os por se aproximarem das ideias deste estudo e por que contribuíram de forma ímpar para o debate e conhecimento acerca da violência, seja estrutural, seja de gênero.

Preende-se apresentar pontos novos de discussão após o estudo das referências bibliográficas de forma a continuar a discussão iniciada em pesquisas intituladas *Sistema Patriarcal e a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: Breve Análise das Práticas Interventivas* e *O pensamento de Karl Marx sobre liberdade e sistema patriarcal*.

Inicialmente, compreende-se que para entender e traçar um caminho para o debate sobre violência, deve-se passar pelas discussões da insegurança social, punição, desregulamentação econômica, redução de gastos, dominação masculina, como coloca Welser-Lang (2001). Ao pensar nesses tópicos, precisa-se refletir sobre o significado da violência tão presente em nossa sociedade que chega a alcançar a normalidade, e o não-incomodo por boa parte da população em não se discutir ou não se perceber em uma situação violenta. Questionar a insegurança social é colocar em outro patamar as funções do Estado que se distancia do social para atender agendas neoliberais, onde chega-se a



desregulamentação econômica e a redução dos gastos, ambos importantes para a produção e reprodução social presentes no capitalismo.

A produção e reprodução capitalistas, corrobora, amplia os sentidos na violência de forma multifacetada, isso entre humanos, como entre a própria natureza, onde se precisa agir com violência para alcançar desejos de exploração, expropriação, controle e dominação. Com isto entende-se que para a sobrevivência humana (nas diversas formas) é necessário violar os outros (aqui discutiremos quem são os *outros*).

Com isto indaga-se: não seria a violência uma forma de coibir a ordem natural dos seres humanos? Usa-se a violência para ceifar qualquer forma de oposição ao poder? A violência se trata de uma reprodução social para manutenção da ordem existente sexista, classista, racista.

Chama-se a atenção para: a reprodução da violência de gênero acontece na esfera pública e privada, entre moradores do mesmo teto ou não, entre laços consanguíneos ou não, entre pessoas conhecidas ou desconhecidas.

Logo verifica-se o Estado presente na manutenção da violência, assim como sua origem no capitalismo (Cavalli, 2009). A violência trata-se de um fenômeno real e complexo com diversas manifestações de sua existência, onde que assume expressões específicas. Sobretudo, na sociedade capitalista.

1. Cenário da reprodução da violência de gênero

Ainda sendo consequência do modo de produção capitalista, a violência estrutural, base de todas as outras formas da violência, é naturalizada a ponto de ter-se o entendimento que a exploração capitalista é necessária. Isso quando existe a crítica e a percepção sobre a *exploração*. Logo, o Estado cria, recria relações violentas para com a sociedade.

Sobre violência estrutural, e as demais formas da violência, entende-se em Chauí (1998) que o agente ético e a heteronomia dos valores morais da sociedade estão em choque pois estes mesmos valores são deveres que vem de fora e obrigam o agente a agir de uma forma e estão por trás como que o pressiona esse mesmo agente. Ora, isso não se trata de reprodução social? Não é isso a forma como as ações violentas em nossa sociedade se constituem?



Percebe-se que esta é a resposta para a indagação que Cavalli (2009) faz em seu texto sobre como se dá a violência: “há outros fatores exteriores à personalidade humana que podem levar a atos violentos?”. Chauí (1998) complementa dizendo que “o agente não age em conformidade consigo mesmo e sim em conformidade com algo que lhe é exterior e que constitui a moral de sua sociedade.”

Após estes trechos, conclui-se: se um agente vive reprodução social, e esta reprodução é equivalente a moral de sua sociedade, e ainda percebemos ações de violência, podemos entender que a moral é violenta. Mas por que esta é violenta?

Analisa-se em Welzer-Lang (2001), que os homens dominam as mulheres de forma coletiva e individual e com isso (1) alcançam privilégios materiais (e simbólicos, sim nos referimos às construções de gênero) e (2) apresentam concretamente os efeitos desta dominação.

Welser-Lang (2001) apresenta uma discussão a respeito da heterossexualidade ser um quadro naturalista para dividir homens e mulheres, onde o autor expõe que vivemos um modelo político de gestão dos corpos.

Ao discutir-se sobre o conceito de gênero e dando visibilidade às relações sociais entre os sexos, permite-se a compreensão do conhecimento de desigualdades entre os sexos. Logo, a centralidade da desigualdade de poder (FARAH, 2004). Quer-se dizer com isto que, ainda como menciona Farah (2004), constata-se que o padrão dominante nas identidades de gênero envolve dominação pelos homens e subordinação das mulheres.

Ainda sobre a superioridade dada pelas construções de gênero e o que é natural para o ser masculino heterossexual - precisa-se entender os termos *superioridade* e *é natural* como construções masculinas heterossexuais -, pensa-se a concretude dos efeitos da dominação no ato violento, atrelado a construção moral e ética do masculino.

Ainda corroborando com a reflexão do motivo da moral ser violenta, segue a reflexão de Chauí (1998):

[...] a ação só é ética se realizar a natureza racional, livre e responsável do agente e se o agente respeitar a racionalidade, liberdade e responsabilidade dos outros agentes, de sorte que a subjetividade ética é uma intersubjetividade. A subjetividade e a intersubjetividade éticas são ações e a ética é que existe pela e na ação dos sujeitos individuais e sociais, definidos por laços e formas de sociabilidade criados também pela ação humana em condições históricas determinadas.



Para esta indagação, poderia-se ir em Judith Butler, Sócrates Nolasco, Heleieth Saffioti entre outras e outros autoras e autores para buscar resposta, porém vimos em Chauí uma discussão e apontamentos arrebatadores que podem contribuir com as ideias das/os autoras/es supracitados e outros e até mesmo fundamentar a respostas sem ir em outras fontes.

Nota-se que tem múltiplas determinações, se trata também de uma questão ética pois, quando esta ocorre temos a manifestação do que está contido na superestrutura: o outro perde sua dimensão humana e passa a ser percebido como objeto, domado; assim também coisificando as relações.

A violência, considerada mundialmente como uma violação dos direitos humanos, tem apresentado um crescimento preocupante ao longo dos anos. Este fenômeno se manifesta nas mais variadas formas, nos espaços públicos e privados, nas relações institucionais, grupais e interpessoais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é definida como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo/comunidade, que resulte em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (CHAUÍ, 1998)

Veja-se, Chauí (1998) e Cavalli (2009) colocam que violência tem origem do latim *vis*, força e ainda significa uso da força para ir contra a natureza, liberdade. É constranger, brutalizar.

Indo um pouco mais adiante, usa-se Hooks (2018, p.95) rapidamente, onde a mesma coloca que a violência é baseada no acreditar que é aceitável, tolerável e natural que um indivíduo mais poderoso tem competência de controlar e usar de forças coercitivas para manter sua posição de poder ou usar simplesmente dela para o controle.

2. A questão da ética e da moral

Chauí (1998), coloca que atualmente se pensa em um “retorno à ética” e a mesma coloca a seguinte reflexão: “como é pensada essa ética, à qual se pretende “retornar?” (CHAUÍ, 1998). Ora, chega-se à conclusão que somos uma sociedade que reproduz ações e ideologias de forma estrutural de outra sociedade anterior, ou seja, se somos reprodução social (sim, reprodução na base capitalista) e ainda entendemos que a moral é violenta, pretende-se retornar a qual ética? Baseada em que moral, em quais ações e quais princípios? E ainda: moral de qual classe, gênero, grupo social?



Reflete-se que, sendo a violência um fenômeno social, e não ocorre somente no âmbito individual e sim no coletivo, pois a violência não fica ligada, definida apenas em um ser social, ela está também para os que sofrem a violência e/ou são os violadores é necessário entender a geração da violência em diversas realidades históricas. Precisa-se ter a vista as múltiplas determinações reais e históricas da violência.

O ponto chave da contribuição dessa autora para esta pesquisa está na seguinte colocação: “Em primeiro lugar, como reforma dos costumes (portanto, como moralidade) e como restauração de valores e não como análise das condições presentes de uma ação ética” (CHAUÍ, 1998).

Pensamos: retornar à ética onde é necessário aprender (naturalizar) o sofrimento para ser homem e aceitar a lei dos maiores, “dos antigos, [...] dos que ensinam as regras” (WELZER-LANG, 2001)?

Ora, desde a infância, homens aprendem que ser homem está ligado a dor, violência e assim se distinguir de mulheres. Isso significa que, a diferença, naturalmente, gera uma hierarquia, dominação, controle do homem pelo outro gênero. Se trata de um discurso legitimado em tantas outras esferas. Aliás, mulher é o outro. Logo aquele que não é o dominante. E colocar isto é discutir poder.

Esta percepção dos fatos aumenta as hipóteses e reflexões sobre a reprodução da violência e direciona caminhos sobre como ser radicais na discussão. Sobre entendermos a origem da violência, a mesma autora coloca que isso é difícil, porém percebe-se como sendo um aprofundamento do debate e chances de dialogar com debates repetitivos.

Analisa-se que, como a violência se trata de reprodução social, e este retorno à ética que se vê em tantos discursos de agentes políticos, está imbricado em reforma de costumes individuais e não-coletivos e não como ponto uma forma de percepção, conquistas, defesa, garantia de direitos, luta pelo coletivo. É necessário pensar também e não perder de vista que vive-se de ações humanas e isso significa que a sociedade vive o presente com reflexos do passado e vistas ao futuro; não se faz o presente e ele se faz por si só, viemos e iremos socialmente.

Chauí (1998) coloca que a pluralidade de éticas exprime a forma contemporânea da alienação, uma sociedade totalmente fragmentada e dispersa que não consegue estabelecer para si mesma sequer a imagem da unidade que daria sentido à sua própria dispersão. Apenas completando, Cavalli (2009), traz uma discussão sobre dominação. Com as colocações das autoras, percebe-se que ocorre fragmentação justamente para haver controle e dominação de acordo com o objetivo da violência: violência estrutural, gênero,



renda, raça. Ao se tornar fragmentado, pode-se moldar, controlar, convencer. Isso porque se torna algo frágil. Por isso é tão importante discutir políticas sociais com interseccionalidade.

Como vive-se reprodução social, a classe dominante, de uma forma nada sutil, não abre mão de seu privilégio e facilmente nega seus problemas, se é que os percebe, abre mão ou objetivam a mudança. Dentro disso, ainda, Chauí (1998) traz a discussão do mito da não-violência. Ou seja, a sociedade brasileira que não se vê violenta e ao menos se percebe como uma sociedade violenta em desconstrução. Isso pois, mesmo com documentos legais que coíbem a violência, esta não está se esvaindo. Muito pelo contrário.

Trazer essa discussão, contribui pois apresenta que a sociedade brasileira vive com tensões, contradições que só podem ser resolvidas através de uma transformação societária ampla e que ainda assim, a violência é negada em todas as suas expressões. E reforço: é negada, quando é percebida. E quando a violência não é percebida?

Outra questão é tornar algo que é subjetivo em algo que é real. Chauí (1998), coloca que é uma crença tão cristalizada socialmente que ocorre essa transformação. E é válido colocar que essa cristalização da crença transformado-a em realidade implica em ações, ações essas vindas de valores, ideias, comportamentos sociais.

No tocante a este mito, Chauí (1998) apresenta alguns mecanismos ideológicos da conservação desta mitologia. Entre estes, apresentamos um mecanismo: o da exclusão. Isto significa que a violência não faz parte da sociedade brasileira, e quando a mesma acontece não é realizada por pessoas que fazem parte da nação, ou seja é um ser exterior a nação brasileira. Não se perceber como ser violento, não assumir a violência como algo ruim e aceitar quando é questão de honra, punição, consequência. A violência ainda é disfarçada. Ocorre que quando a violência está sendo criminalizada, alguns sujeitos não a tratam como se estivessem falando em grupo com pensamento comum.

Neste sentido, sendo a violência estando dentro de uma conjuntura macrossocial, há a violência marcada pela dominação e controle, mas há também em diversas realidades, e a pessoa que é a autora da violência que *protege*.

Isso pois, atendendo padrões hegemônicos de masculinidade, há relações em que o provedor ou o principal provedor nesta relação (refere-se a ser provedor de: alimentação, casa, vestuário) comete a violência também/justamente por ser o provedor e imaginar que pode ter *domínio* do corpo que “sustenta”, sua posse.

Dentro desse cenário, ocorre ainda o fato do abalo à masculinidade quando alguém se opõe ao desejo do patriarca ou autor da violência. Para isto ouve-se rotineiramente a expressão popular “legítima defesa da honra”. Ao discutir-se sobre isto, refere-se ao debate dos papéis de gênero: virilidade masculina.



Ainda nesta ótica, chama-se a atenção para a violência de renda. É percebido a divisão desigual da riqueza produzida socialmente, e ainda, a divisão de riqueza produzida, detenção da mesma entre gêneros.

Destaca-se como fator importante para reiterar como se dá a reprodução da violência de gênero e acrescentando ao debate a seguinte reflexão após leituras em Beauvoir (1980) e Nolasco (2001): é percebido que inclusive o homem, “com a sua pseudo natureza superior” (WELSER-LANG, 2001, p.460), em sua dominância, atende paradigmas, regras impostas para o que é ser homem, isso implica o que deve fazer com os *outros*, como se comportar, como interpretar e manifestar sentimentos.

Ainda, dentro dos privilégios masculinos, existem homens fora do alto escalão da sua natural dominância. Então pensamos: a que nível se dá a reprodução social da violência, a ponto de dentro do próprio gênero *pseudo* dominante existem diferenciações e sobretudo: violência?

Assim sendo, pode-se fazer uma articulação perspicaz com Farah (2004): a autora coloca que a entrada das mulheres como sujeito político, veio através de mobilização em prol da democratização e de questões ligadas aos trabalhadores urbanos coletivamente. Desta forma, foram vivenciados baixos salários elevados custo de vida e “inexistência de infra-estrutura urbana” (FARAH, 2004). Esses aspectos apresentados da realidade são a expressão da forma de acumulação capitalista e essas mesmas manifestações estão presentes hoje da mesma forma.

Entende-se que essas formas da acumulação capitalista supracitadas, também são entendidas como dominação, controle, violência de gênero sobre mulheres. Isso pois para manter o domínio e controle dos corpos, e para isso o uso da violência, o que se trata de uma reprodução, é essencial que o “segundo sexo” (BEAUVOIR, 1980) seja totalmente controlado pois é desta forma que se faz a manutenção do ordem patriarcal social e historicamente imposta.

Por fim, usamos o que é comprovado por Farah (2004) ao analisar a necessidade de se discutir, e com isso mudar o viés de Política Pública sobre gênero para além de tratar a *mulher*. Embora a autora diga, e nós concordamos, que esta perspectiva foi útil para a pesquisa, adotar o conceito de gênero como referência para a análise, “procurou-se chamar a atenção para a construção social e histórica do feminino e do masculino e para as relações sociais entre os sexos” (FARAH, 2004).



Considerações finais

Conclui-se que o masculino vive uma submissão ao que lhe é definido socialmente e seus privilégios dados pelo gênero. Com isto podemos perceber a violência, a ideia de violência naturalizada nas relações sociais e, logo, a reprodução social da violência de gênero. Para o homem em sua escola social, sofrer é crescimento, fazer violência com o outro trata-se de dominá-lo com os princípios colocados e discutidos neste trabalho.

Ainda existindo o privilégio do homem, há grupos discriminados. Onde precisa-se trabalhar com a interseccionalidade, pois dentro do gênero existem questões interseccionais, como classe e raça. Ou seja, dentro do privilégio masculino, existem formas da violência, dentre elas a discriminação por raça, cor, classe social.

Ainda, a violência penetra as relações de gênero e mantém este arranjo social, como já foi colocado neste estudo, que é fortalecido pela naturalização da violência e controle e dominação física, moral, psicológica, cultural, econômica, de forma a aparecer algo peculiar e próprio dos seres sociais.

Percebe-se que a violência está contida intrinsecamente no modo de produção capitalista, onde a acumulação da mesma precisa de um trabalho alienado. Assim está a violência para toda a sociedade: precisa-se de corpos controlados, dominados em condições de serem explorados, expropriados de forma que não lutem procurando soberania (aqui soberania do gênero feminino) ou qualquer forma de fugir da exploração e se criar autogoverno, autossuficiência.

A violência não se dissipa de forma individual e sim, coletivamente. Para tanto, é necessário compreender o ordenamento social e histórico dado coletivamente. E isso não se refere somente à violência de gênero. Para além da violência de gênero, é necessário entender também a totalidade onde esse tipo de violência está inserida, as outras violências e a violência estrutural dada pelo sistema capitalista.



REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. O **Segundo sexo** – fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

CAVALLI, Michelle. **Violência estrutural: enfrentamentos para o Serviço Social**. In: Etic - Encontro de Iniciação Científica. Vol. 5, N. 5 (2009).

CHAUÍ, Marilena. **Ética e violência**, Revista Teoria e Debate, nº 39, 1998, disponível online <https://teoriaedebate.org.br/1998/10/01/etica-e-violencia/>

DUARTE, Constância Lima. “Feminismo – uma história a ser contada”. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto (org. ARRUDA, Heloisa Buarque de Hollanda), Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FARAH, M. F. S. **Gênero e políticas públicas**. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1 p. 47–71. Jan/Abr. 2004.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1ªed.- Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

_____. “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”, **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobias**, Estudos Feministas, ano 9, 2001. [www.scielo.br.Welzer-Lang](http://www.scielo.br/Welzer-Lang)

<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos.html>